

**Relatório da Entidade das
Contas e Financiamentos
Políticos, relativo às Contas da
Campanha Eleitoral para as
eleições autárquicas realizadas
em 01 de outubro de 2017,
apresentadas pela Coligação
Eleitoral – PPD/PSD.CDS-
PP.MPT.PPM**

Acórdão n.º 368/2017, de 12 de julho

PA 35/Contas Autárquicas/17/2018

junho/2020



Índice

Índice.....	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
Sumário	3
1. Introdução	4
2. Método e responsabilidade	5
2.1. Método.....	5
2.2. Responsabilidades do mandatário financeiro nacional	9
3. Informação Financeira.....	10
4. Resultados / Observações – conta de despesas comuns e centrais de campanha	11
5. Resultados / Observações – contas de campanha eleitoral, contemplando os 5 municípios	12
5.1. Deficiências no processo de prestação de contas – elementos bancários	12
5.2. Deficiências no processo de prestação de contas – despesas imputadas por um Partido da Coligação	13
5.3. Deficiências no registo das receitas – Subvenção estatal	14
5.4. Receitas de campanha sem reflexo nas respetivas contas bancárias.....	15
5.5. Ausência de assunção das dívidas da campanha eleitoral por município	15
6. Resultados / Observações – Contas de campanha eleitoral, contemplando um município selecionado	17
6.1. Incumprimento do regime das receitas com contribuições do partido.....	17
6.2. Deficiências no suporte documental de algumas despesas.....	17
6.3. Confirmação de saldos e transações aos fornecedores da campanha – Não obtenção de respostas	18
6.4. Ações e meios não refletidos nas contas de campanha – Subavaliação das receitas e/ou despesas	19
7. Conclusões.....	19
8. Ênfase	21
8.1. Despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública.....	21
Lista de Anexos.....	23



Lista de siglas e abreviaturas

Acórdão 368/2017	Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 368/2017, de 12 de julho
AL 2017	Eleições autárquicas realizadas em 01 de outubro de 2017
BTA	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Baker Tilly, PG & Associados, SROC, Lda.
CDS-PP	Partido Popular
Coligação	Coligação eleitoral
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
L 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 5/2017	Listagem n.º 5/2017, de 21 de abril, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 79, de 21 de abril de 2017
MPT	Partido da Terra
PPD/PSD	Partido Social Democrata
PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM	Coligação eleitoral PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM – acórdão n.º. 368/2017, de 12 de julho
PPM	Partido Popular Monárquico
TC	Tribunal Constitucional



Sumário

O Relatório que a ECFP envia à apreciação da Coligação, relativo às contas de campanha eleitoral para as eleições autárquicas, realizadas em 01 de outubro de 2017, apresentadas pela Coligação eleitoral **PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM**, para além de conter uma descrição da metodologia seguida, apresenta uma visão global da informação financeira, a que se segue uma explanação dos resultados obtidos que ou demonstram impossibilidade/limitação na análise ou revelam erros ou incumprimentos detetados.

De entre a falta de informação e incorreções identificadas, a ECFP salienta o seguinte:

Relativamente às contas de campanha de todos os municípios (5 municípios):

- Verificam-se deficiências no processo de prestação de contas ao nível dos elementos bancários (ver ponto 5.1.);
- Verificam-se deficiências no processo de prestação de contas pela imputação de despesas pelo Partido da coligação PPD/PSD (ver ponto 5.2.);
- Foi identificada deficiência no registo de receitas de campanha – subvenção estatal (ver ponto 5.3.);
- Há receitas de campanha divulgadas nas contas dos municípios sem reflexo nas respetivas contas bancárias (ver ponto 5.4.);
- Verifica-se a ausência de assunção das dívidas da campanha eleitoral por município (ver ponto 5.5.).

Relativamente às contas de campanha do município selecionado (*Faro*):

- Há incumprimento do regime das receitas com contribuições do partido (ver ponto 6.1.);
- Não é possível concluir sobre a razoabilidade da valorização de algumas despesas (ver ponto 6.2.);
- Não foram obtidas respostas dos fornecedores da campanha aos pedidos de confirmação de saldos e transações (ver ponto 6.3.); e
- Foram identificadas ações e respetivos meios não refletidos nas contas de campanha (ver ponto 6.4.).

1. Introdução

O presente Relatório da ECFP contém as conclusões dos trabalhos de auditoria, efetuados às contas de campanha eleitoral para as eleições das autarquias locais, realizadas em 01 de outubro de 2017, apresentadas pela Coligação **PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM – acórdão do Tribunal Constitucional n.º 368/2017**, doravante identificado como **PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM** ou **Coligação**.

Em 07 de julho de 2017, os partidos políticos PPS/PSD, CDS-PP, MPT e PPM requereram ao TC, nos termos do disposto no art.º 17.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, a apreciação e anotação das seguintes coligações eleitorais, com o objetivo de concorrer a seis municípios nas eleições AL 2017.

Município	Denominação
ALCOUTIM	"Coligação renovar Alcoutim"
FARO	"Faro no rumo certo"
LAGOS	"Unidos por Lagos"
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	"São Brás de Alportel primeiro"
SINTRA	"Coligação Sintrense com Marco Almeida"
VILA DO BISPO	"Juntos pela mudança"

O requerimento foi instruído com os extratos das atas das reuniões da comissão política nacional do PPS/PSD de 25 de maio de 2017 e de 20 de junho de 2017, do conselho nacional do CDS-PP de 7 de junho de 2017, do conselho nacional do MPT de 17 de junho e do conselho nacional do PPM de 27 de junho de 2017, das quais resultou a decisão de constituição das coligações eleitorais supra.

O TC, através do acórdão 368/2017, apreciou a legalidade das denominações, sigla e símbolo de cinco Coligações:

Município	Denominação
ALCOUTIM	"Coligação renovar Alcoutim"
FARO	"Faro no rumo certo"
LAGOS	"Unidos por Lagos"
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	"São Brás de Alportel primeiro"
VILA DO BISPO	"Juntos pela mudança"

2. Método e responsabilidade

2.1. Método

Os procedimentos adotados na revisão às contas da campanha eleitoral identificadas, foram realizados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Baker Tilly, PG & Associados, SROC, Lda. e consistiram em:

I. Procedimentos de análise à conta de despesas comuns e centrais de campanha, apresentada pela Coligação, nomeadamente:

- Verificação de que as despesas comuns e centrais não excedem 10% do limite global admissível para o conjunto de todas as candidaturas autárquicas apresentadas pela Coligação;
- Comprovação de que as despesas comuns de campanha estão integralmente refletidas na conta de despesas comuns e centrais da campanha e na respetiva conta bancária da campanha, em obediência aos preceitos legais contidos no artigo 19.º da L 19/2003;
- Constatação que as despesas comuns de campanha são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens adquiridos e dos serviços prestados, estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e revelam valores em conformidade com os constantes da Listagem nº 5/2017 ou em conformidade com o mercado, devidamente demonstrada;
- Verificação da razoabilidade da imputação das despesas comuns e centrais às diversas candidaturas municipais apresentadas pela Coligação;



- Obtenção de confirmação externa das mais importantes transações e saldos, junto dos respetivos terceiros;
- Verificação da integral apresentação dos extratos bancários da conta bancária central, desde a abertura até ao encerramento da conta (incluindo confirmação do encerramento da conta e análise do destino do resultado da campanha); e
- Verificação da identificação do mandatário financeiro nacional, bem como da respetiva publicação em jornal de circulação nacional.

II. Procedimentos de análise e verificação dos procedimentos genéricos adotados pela Coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM, na apresentação das contas da campanha eleitoral, contemplando os 5 municípios, atendendo, nomeadamente, aos aspetos seguintes:

- Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por lei para cada um dos municípios (art.º 20.º, n.º 2, da L 19/2003);
- Comprovação de que para cada município foi apresentada uma lista das ações realizadas durante a campanha eleitoral, bem como dos meios nelas utilizados, que tenham envolvido um custo superior a um salário mínimo nacional;
- Verificação da correta contabilização do valor da subvenção estatal;
- Verificação do valor relativo a despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública, e seu peso relativo no valor da subvenção (pertinente para efeitos do disposto no art.º 18.º, n.º 6, da L 19/2003);
- Verificação da correta imputação das despesas comuns e centrais aos diversos municípios;
- Verificação da integral apresentação dos extratos bancários das contas bancárias da campanha dos diversos municípios, desde a abertura até ao encerramento da conta (incluindo confirmação do encerramento da conta e análise do destino do resultado da campanha); e
- Verificação da identificação dos mandatários financeiros locais, bem como das respetivas publicações em jornal de circulação nacional.



III. Procedimentos limitados de auditoria, adotados na revisão às contas de campanha eleitoral dos municípios selecionados pela ECFP (atendendo a critérios de materialidade e outros considerados pertinentes).

A Coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM concorreu a um município selecionado pela ECFP.

Faro.

Os procedimentos de auditoria foram realizados de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que os mesmos sejam planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre as contas de campanha, preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística e demais regulamentações específicas que regulam as atividades de campanha eleitoral.

Face ao exposto, os procedimentos adotados foram os seguintes:

- Análise dos procedimentos de controlo interno adotados para assegurar: (i) a identificação das ações de campanha eleitoral, (ii) a integral quantificação dos meios utilizados para a realização de cada uma dessas ações de campanha e a sua correta reflexão nas respetivas contas de campanha, (iii) o integral registo das receitas de angariações de fundos e (iv) o integral registo das despesas, no período adequado;
- Comprovação de que as ações de campanha estão integralmente refletidas nas contas de campanha eleitoral do respetivo município, correspondem às ações realizadas e foram corretamente valorizadas a preços de custo e/ou de mercado;
- Cruzamento das ações de campanha eleitoral identificadas através da verificação física efetuada pelo CEI – IUL – Centro de Estudos Internacionais – Instituto Universitário de Lisboa (de acordo com o contrato celebrado com a ECFP) com as despesas e receitas, refletidas na demonstração de receitas e despesas;



- Comprovação de que as receitas de campanha obtidas mediante angariações de fundos foram integralmente depositadas na conta bancária de campanha, refletidas no período correto e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis, designadamente quanto à identificação dos montantes e da sua origem e dentro do limite que a lei estipula (artigo 16.º, n.º 4, da L 19/2003);
- Comprovação de que os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo constam das contas de campanha e estão valorizados a preços de mercado, bem como a verificação da identidade dos doadores e respetivas declarações;
- Comprovação de que as situações de colaboração de militantes, simpatizantes e de apoiantes, a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da L 19/2003, estão suficientemente caracterizadas para poderem ser distinguidas de donativos em espécie;
- Verificação de que as contribuições dos partidos políticos estão certificadas pelos órgãos competentes dos Partidos e refletidas na conta bancária da campanha;
- Comprovação de que as cedências de bens afetos ao património do(s) partido(s) político(s), a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, estão adequadamente suportadas, com identificação clara dos bens cedidos e respetivo período de cedência;
- Comprovação de que as despesas de campanha estão integralmente refletidas nas contas bancárias de campanha e registadas nas respetivas contas de campanha, são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens adquiridos e dos serviços prestados, estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e revelam valores em conformidade com os constantes da Listagem n.º 5/2017 ou em conformidade com o mercado, devidamente demonstrada;
- Obtenção de confirmação externa das mais importantes transações e saldos, junto dos respetivos terceiros; e
- Avaliação da existência de passivos omissos, não registados, e de outras contingências.



2.2. Responsabilidades do mandatário financeiro nacional

É da responsabilidade do mandatário financeiro nacional a preparação e apresentação das contas de campanha eleitoral para as eleições autárquicas de 01 de outubro de 2017, as quais devem apresentar, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da campanha eleitoral para as eleições autárquicas de 01 de outubro de 2017 e o resultado das suas operações, nos termos do articulado da L 19/2003, especialmente dos seus artigos 21.º e 22.º.



3. Informação Financeira

As contas de campanha eleitoral apresentadas pela Coligação **PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM**, submetidas à apreciação da ECFP, compreendem numa base municipal, a conta de receitas, a conta de despesas, o balanço, a demonstração dos resultados e a lista de ações e meios.

No âmbito das atividades desenvolvidas na campanha eleitoral para as eleições autárquicas realizadas em 1 de outubro de 2017, a Coligação apurou uma receita global no montante de 137.550 Eur. (ver anexo I) e despesa global no montante de 144.963 Eur. (ver anexo II). Face aos montantes das receitas e das despesas apresentadas, apurou-se um resultado global negativo (prejuízo) com a campanha eleitoral no montante de 7.413 Eur..

Expurgando o efeito das contribuições em espécie dos partidos e das cedências de bens a título de empréstimo, no montante total de 5.070 Eur., apuraram-se receitas globais no montante de 132.480 Eur. e despesas globais no montante de 139.893 Eur..

O financiamento das despesas de campanha dos 5 municípios foi assegurado pela subvenção estatal (123.339.) e por contribuições dos partidos (9.141 Eur.).

Face ao exposto, o somatório dos resultados obtidos nos referidos municípios ascendeu a 7.413 Eur. negativos (3 municípios com resultados positivos, no montante total de 1.046 Eur. e 2 municípios com resultados negativos, no montante total de 8.459 Eur.).

Destaca-se, pela sua materialidade, o resultado negativo obtido pelo município de Faro.

Município	Receitas	Despesas	Resultado
FARO	73 283	81 597	-8 314



4. Resultados / Observações – conta de despesas comuns e centrais de campanha

Nos termos do art.º 15.º, n.º 2, da L 19/2003, nas campanhas eleitorais para os órgãos das autarquias locais, a conta tem base municipal, sem prejuízo da existência de conta respeitante às despesas comuns e centrais.

É ainda de considerar o disposto no artigo 37.º, n.º 2, da LO 2/2005, nos termos do qual no caso de candidaturas apresentadas por coligações que concorram a mais de uma autarquia local e de existirem despesas comuns e centrais, a conta respetiva a estas despesas tem como limite um valor máximo igual a 10% do limite global admissível para o conjunto de todas as candidaturas autárquicas apresentadas pela Coligação.

No caso em análise, a Coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM não apresentou conta de despesas comuns e centrais.



5. Resultados / Observações – contas de campanha eleitoral, contemplando os 5 municípios

5.1. Deficiências no processo de prestação de contas – elementos bancários

Nos termos do art.º 15.º, n.ºs 1 a 3, da L 19/2003, as receitas e despesas de campanha eleitoral constam de contas próprias, a que correspondem contas bancárias especificamente constituídas para o efeito. Trata-se de um mecanismo que permite maior controlo nesse âmbito, sendo que quer a abertura quer o encerramento das mesmas têm de estar demonstrados, para se poder provar justamente o exigido pelo regime jurídico aplicável¹.

Acresce que, tal como determinado na alínea a) do n.º 7 do artigo 12.º da L 19/2003, aplicável às Campanhas Eleitorais por força do artigo 15.º, n.º 1, “*in fine*”, da mesma Lei, o mandatário financeiro deverá anexar à prestação das contas os extratos bancários da conta aberta para os fins da campanha eleitoral em análise.

No caso, dos processos de prestação de contas de campanha eleitoral dos 2 municípios, apresentados pelo PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM, constatámos que:

- I. Dos 5 municípios a que a Coligação concorreu, todos abriram duas contas bancárias (anexo III);
- II. A Coligação não anexou a totalidade dos extratos bancários das contas abertas para os fins de campanha eleitoral do município de *Vila do Bispo* (saldo a 31.10.2017 – 828 Eur.);
- III. A Coligação não apresentou as declarações de encerramento das contas bancárias emitidas pelas respetivas instituições bancárias dos 5 municípios.

A ausência dos documentos referidos nos pontos II. e III. no processo de prestação de contas do município de *Vila do Bispo*, permite concluir pela violação do dever previsto no artigo 12.º, n.º 7, alínea a), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, ambos da L 19/2003, concretamente do dever de revelação de todos os extratos bancários, e não permite concluir se o dever previsto no artigo 15.º, n.ºs 1

¹ Sobre este dever, v. os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 231/2013, de 24 de abril (ponto 7.21.) e 574/2015, de 02 de novembro (ponto 9.6.).

e 3, da L 19/2003, traduzido na imposição de que todas as receitas e despesas da campanha sejam movimentados pela respetiva conta bancária, foi satisfeito.

Relativamente aos seguintes municípios:

Alcoutim, Faro, Lagos e S. Brás de Alportel

A ausência das declarações referidas no ponto III., nos respetivos processos de prestação de contas, não permite concluir se o dever previsto no artigo 12.º, n.º 7, alínea a), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da L 19/2003, concretamente o dever de revelação de todos os extratos bancários (desde a data de abertura até à data de encerramento da conta), e se o dever previsto no artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da L 19/2003, traduzido na imposição de que todas as receitas e despesas da campanha sejam movimentados pela respetiva conta bancária, foram satisfeitos.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode a Coligação pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

5.2. Deficiências no processo de prestação de contas – despesas imputadas por um Partido da Coligação

Decorre do n.º 1 do art.º 15.º da L 19/2003 um dever genérico de organização contabilística por parte dos partidos/coligações eleitorais/grupos de cidadãos eleitores, por forma a que as contas da campanha eleitoral (receitas e despesas) obedeçam ao regime do art.º 12.º da mesma disposição legal.²

Por seu turno, como já referido, o art.º 15.º do mesmo diploma, no seu n.º 3, obriga à existência de conta bancária específica, na qual sejam depositadas as receitas da campanha e movimentadas as respetivas despesas.

Acresce que, nos termos do art.º 19.º, n.ºs 1 e 2, da L 19/2003, consideram-se despesas de campanha eleitoral as efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, as quais

² Cfr. o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/2013, de 24 de abril (ponto 7.9.).



têm que estar devidamente documentadas, em consonância, aliás, com o que decorre do art.º 15.º do mesmo diploma.

Nas contas de campanha dos 5 municípios, foram identificadas despesas imputadas diretamente pelo Partido da Coligação PPD/PSD (ver anexo IV).

Acresce que, nos referidos municípios, os mesmos valores foram reconhecidos como receitas de campanha – contribuições do Partido – PPD/PSD.

A situação descrita configura assim uma violação do art.º 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* art.º 15.º, n.º 1 e 3 e do art.º 19.º, n.ºs 1 e 2, todos da L 19/2003, nas contas de campanha dos municípios de *Alcoutim, Faro, Lagos, S. Brás de Alportel e Vila do Bispo*.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode a Coligação pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

5.3. Deficiências no registo das receitas – Subvenção estatal

Atento o disposto no art.º 12.º da L 19/2003, aplicável *ex vi* art.º 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas. Assim sendo, é fundamental que os documentos elaborados reflitam a real situação da campanha.

A análise das contas de campanha eleitoral dos 5 municípios, permitiu constatar que os valores da subvenção estatal, atribuídos pela Assembleia da República a 4 municípios não estão adequadamente refletidos nas respetivas contas municipais (ver anexo V).

Face ao exposto, verifica-se uma violação do art.º 12.º, n.º 3 al. b), *ex vi* art.º 15.º, n.º 1, por referência ao art.º 16.º, alínea a), todos da L 19/2003 nas contas de campanha dos seguintes municípios:

Alcoutim, Lagos, S. Brás de Alportel e Vila do Bispo.



Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode a Coligação pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

5.4. Receitas de campanha sem reflexo nas respetivas contas bancárias

Decorre do n.º 1 do art.º 15.º da L 19/2003 um dever genérico de organização contabilística por parte dos partidos/coligações eleitorais/grupos de cidadãos eleitores, por forma a que as contas da campanha eleitoral (receitas e despesas) obedeçam ao regime do art.º 12.º da mesma disposição legal.³

Por seu turno, como já referido, o art.º 15.º do mesmo diploma, no seu n.º 3, obriga à existência de conta bancária específica, na qual sejam depositadas as receitas da campanha e movimentadas as respetivas despesas.

No caso em análise, os balanços de campanha dos municípios de *Alcoutim, Faro, Lagos, S. Brás de Alportel e Vila do Bispo* apresentam valores a receber no montante de 65.789 Eur. (ver anexo VI), ou seja, foram reconhecidas receitas nas contas dos municípios que não foram depositadas nas respetivas contas bancárias.

A situação descrita supra configura uma violação do art.º 15.º, n.ºs 1 e 3, da L 19/2003, nas contas de campanha dos municípios de *Alcoutim, Faro, Lagos, S. Brás de Alportel e Vila do Bispo*.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode a Coligação pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

5.5. Ausência de assunção das dívidas da campanha eleitoral por município

Decorre do n.º 1 do art.º 15.º da L 19/2003 um dever genérico de organização contabilística por parte dos partidos/coligações eleitorais/grupos de cidadãos eleitores, por forma a que as contas da campanha eleitoral (receitas e despesas) obedeçam ao regime do art.º 12.º da mesma disposição legal.⁴

³ Cfr. o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/2013, de 24 de abril (ponto 7.9.).

⁴ Cfr. o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/2013, de 24 de abril (ponto 7.9.).



Por seu turno, como já referido, o art.º 15.º do mesmo diploma, no seu n.º 3, obriga à existência de conta bancária específica, na qual sejam depositadas as receitas da campanha e movimentadas as respetivas despesas.

Acresce que, nos termos do art.º 19.º, n.º 3, da L 19/2013, o pagamento de despesas de campanha é feito, obrigatoriamente, por instrumento bancário (cheque ou outro meio bancário que permita a identificação quer do montante quer do destinatário – cfr. art.º 9.º, n.º 1, do mesmo diploma)⁵.

Os balanços de campanha das 5 candidaturas municipais, apresentam dívidas a fornecedores e/ou outros credores, não liquidadas através das respetivas contas bancárias (ver anexo VI).

Segundo os auditores externos (BTA), a Coligação não apresentou declarações dos partidos coligados ou documento equivalente que demonstre que os partidos (e/ou o Partido) assumiram as dívidas de fornecedores e/ou outros credores não liquidadas pela conta bancária de campanha dos respetivos municípios.

Salientamos que esta informação é fundamental para demonstrar a inexistência de donativos legalmente inadmissíveis, usados para o pagamento de dívidas de fornecedores e /ou outros credores que à data dos balanços de campanha ascendiam a 73.202 Eur. e que correspondem a despesas de campanha eleitoral.

Face ao exposto, estamos perante um incumprimento dos mencionados preceitos legais nas contas de campanha dos municípios de *Alcoutim, Faro, Lagos, S. Brás de Alportel e Vila do Bispo*.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode a Coligação pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

⁵ V. o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/2013, de 24 de abril (ponto 7.30.).



6. Resultados / Observações – Contas de campanha eleitoral, contemplando um município selecionado

6.1. Incumprimento do regime das receitas com contribuições do partido

Nos termos do art.º 16.º, n.º 1, al. b), da L 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por contribuições de partidos políticos.

Do n.º 2 do citado art.º 16.º resulta ainda a obrigatoriedade de que todas as contribuições previstas na alínea b) do número anterior sejam certificadas por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo partido.

As contas de campanha do município de *Faro* registam receitas relativas a contribuições dos partidos (ver anexo VII). Mas, de acordo com os auditores externos (BTA), os adiantamentos à campanha efetuados pelo CDS-PP, assim como as devoluções ao Partido após o recebimento da subvenção, não foram certificados por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo Partido, em cumprimento do dispositivo legal referido no parágrafo anterior.

Esta situação configura um incumprimento do regime legal previsto no art. 16.º, n.º 2, da L 19/2003, na conta do município de *Faro*.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode a Coligação pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

6.2. Deficiências no suporte documental de algumas despesas

Atento o disposto no art.º 12.º, n.ºs 1 e 2, da L 19/2003, aplicável *ex vi* art.º 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas⁶.

Foram identificadas, pelos auditores externos (BTA), despesas de campanha no município de *Faro*, cujos suportes documentais padecem de deficiências, em virtude de as descrições constantes das faturas serem insuficientes e, como tal, impeditivas de aferir da conformidade

⁶ Cfr. os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 744/2014, de 05 de novembro (ponto 11.1.) e 537/2015, de 20 de outubro (ponto 10.5.).



do valor de cada uma das despesas em causa com os valores constantes da Listagem n.º 5/2017, e, em consequência, da sua razoabilidade (cfr. Anexo VIII).

Esta situação representa uma inadequada organização contabilística, das contas de campanha do município de Faro, configurando, por isso, uma violação do art.º 12.º, n.ºs 1 e 2, da L 19/2003, aplicável *ex vi* art.º 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode a Coligação pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

6.3. Confirmação de saldos e transações aos fornecedores da campanha – Não obtenção de respostas

Decorre do n.º 1 do art.º 15.º da L 19/2003 um dever genérico de organização contabilística por parte dos partidos/coligações eleitorais/grupos de cidadãos eleitores, por forma a que as contas da campanha eleitoral (receitas e despesas) obedeçam ao regime do art.º 12º da mesma disposição legal.

No âmbito da auditoria às contas da campanha eleitoral foram realizados procedimentos autónomos de pedidos de confirmação de saldos e transações aos fornecedores da campanha, tendo ocorrido situações de ausências de respostas dos fornecedores do município (cfr. Anexo IX).

Esta situação pode constituir o não reconhecimento nas contas do município de Faro de todas as receitas e despesas de campanha, ao arrepio do disposto no n.º 1 do art.º 15.º da Lei 19/2003.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode a Coligação pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.



6.4. Ações e meios não refletidos nas contas de campanha – Subavaliação das receitas e/ou despesas

Atento o disposto no art.º 12.º, n.ºs 1 e 2, da L 19/2003, aplicável *ex vi* art.º 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas⁷.

Através da informação compilada pelo CEI - IUL e pela ECFP para comprovação e verificação física das ações e meios de campanha realizadas, verificaram-se algumas ações / meios cujos registos nas contas da campanha eleitoral do município de *Faro* não foram identificados (cfr. Anexo X).

Salienta-se que a falta de transparência das contas dificulta o apuramento de outras eventuais infrações cometidas pela Coligação ou a confirmação de que não ocorreram, prejudicando a auditoria das contas e o cumprimento do dever de organização contabilística.

O não reconhecimento nas contas de campanha de todas as receitas e despesas de campanha, no município de *Faro* contraria o disposto no art.º 12.º, n.ºs 1 e 2, da L 19/2003, aplicável *ex vi* art.º 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode a Coligação pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

7. Conclusões

Com base no trabalho efetuado, atenta a falta de informação e incorreções identificadas no decurso dos trabalhos de auditoria às contas da campanha eleitoral para as eleições autárquicas realizadas em 01 de outubro de 2017, apresentadas pela Coligação **PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM – acórdão 368/2017**, são de salientar as seguintes situações:

⁷ Cfr. o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 574/2015, de 2 de novembro (ponto 9.1.).



Relativamente às contas de campanha de todos os municípios (5 municípios):

- a) Verificam-se deficiências no processo de prestação de contas ao nível dos elementos bancários (ver ponto 5.1.);
- b) Verificam-se deficiências no processo de prestação de contas pela imputação de despesas pelo Partido da coligação PPD/PSD (ver ponto 5.2.);
- c) Foi identificada deficiência no registo de receitas de campanha – subvenção estatal (ver ponto 5.3.);
- d) Há receitas de campanha divulgadas nas contas dos municípios sem reflexo nas respetivas contas bancárias (ver ponto 5.4.);
- e) Verifica-se a ausência de assunção das dívidas da campanha eleitoral por município (ver ponto 5.5.).

Relativamente às contas de campanha do município selecionado (*Faro*):

- a) Há incumprimento do regime das receitas com contribuições do partido (ver ponto 6.1.);
- b) Não é possível concluir sobre a razoabilidade da valorização de algumas despesas (ver ponto 6.2.);
- c) Não foram obtidas respostas dos fornecedores da campanha aos pedidos de confirmação de saldos e transações (ver ponto 6.3.); e
- d) Foram identificadas ações e respetivos meios não refletidos nas contas de campanha (ver ponto 6.4.).



8. Ênfase

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o seguinte:

8.1. Despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública

Nos termos do art.º 18.º, n.º 6, da L 19/2003, apenas é elegível para efeitos de subvenção e a título de despesas com estruturas, cartazes e telas, despesas cujo montante não exceda 25% da subvenção.

Quer isto dizer que cabe à entidade responsável pelo processamento da subvenção (a Assembleia da República) aferir se tal limite foi ou não ultrapassado e realizar os pagamentos em conformidade, sem prejuízo de a ECFP alertar para essa limitação, e de dar conta da situação auditada à entidade processadora da subvenção.

No caso das contas de campanha eleitoral para as eleições autárquicas locais, realizadas em 01 de outubro de 2017, apresentadas pela Coligação, constatámos que o limite foi excedido no município de *Lagos*.

Após a notificação do presente Relatório, dispõe a Coligação do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, se pronunciar e/ou juntar ao procedimento elementos comprovativos da regularização das situações detetadas ou outros elementos que considere relevantes, para efeitos de exercício do direito ao contraditório (art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005).

A ECFP considera que, para além das situações descritas, nada mais chegou ao seu conhecimento que leve a concluir sobre a existência de situações materialmente relevantes que afetem as contas da campanha eleitoral para as eleições autárquicas realizadas em 01 de



outubro de 2017, apresentadas pela Coligação **PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM – acórdão 368/2017**.

Os trabalhos de auditoria realizados pela BTA foram concluídos em 26 de novembro de 2018 e em 9 de outubro de 2019.

Lisboa, 24 de junho de 2020

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

José Eduardo Figueiredo Dias

(Presidente)

Mariana Oliveira Paixão

(Vogal)

Carla Curado

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)



Lista de Anexos

ANEXO I	Receitas de campanha (5 Municípios)
ANEXO II	Despesas de campanha (5Municípios)
ANEXO III	Contas bancárias (5 Municípios)
ANEXO IV	Despesas imputadas por um Partido da Coligação
ANEXO V	Subvenção estatal
ANEXO VI	Balanços de campanha
ANEXO VII	Contribuições dos partidos
ANEXO VIII	Despesas de campanha
ANEXO IX	Saldos e transações – fornecedores de campanha
ANEXO X	Ações e meios não refletidos nas contas de campanha
ANEXO XI	Relatórios da auditora externa (ficheiro enviado em CD)

**ENTIDADE DAS CONTAS
E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS**

Relatório da ECFP relativo às Contas Campanha AL 2017,
apresentadas pela Coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT. PPM - acórdão 368/2017

PA 35/ Contas Autárquicas /17/2018

ANEXO I – Receitas de campanha (5 Municípios)

Município	RECEITAS						Total
	Subvenção Estatal	Contribuição dos Partidos	Angariação de Fundos/ Donativos	Contribuições em espécie de Partidos	Donativos em espécie	Cedência de bens a título de empréstimo	
ALCOUTIM	7 160	396	-	0	0	0	7 556
FARO	65 421	7 822	-	0	0	40	73 283
LAGOS	17 364	500	-	0	0	2 700	20 564
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	19 156	150	-	1 830		500	21 636
VILA DO BISPO	14 238	273	-	0	0	0	14 511
TOTAL	123 339	9 141	-	1 830	-	3 240	137 550

ANEXO II – Despesas de campanha (5 Municípios)

Município	DESPESAS										
	Conceção da Campanha, agências de comunicação e estudos de mercado	Propaganda, Comunicação impressa e digital	Estruturas, cartazes e telas	Comícios, espetáculos e caravanas	Brindes e outras ofertas	Custos administrativos e operacionais	Outros	Contribuições em espécie de Partidos	Donativos em espécie	Cedência de bens a título de empréstimo	Total
ALCOUTIM	3 014	841	1 465	555	1 124	150	11	-	-	-	7 160
FARO	9 496	19 169	12 204	22 205	7 943	10 499	41	-	-	40	81 597
LAGOS	-	3 416	6 241	780	4 431	2 468	28	-	-	2 700	20 064
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	547	4 590	2 433	7 162	1 654	2 735	35	1 830	-	500	21 486
VILA DO BISPO	4 920	2 410	3 202	2 010	1 631	446	37	-	-	-	14 655
TOTAL	17 976	30 427	25 545	32 712	16 784	16 297	152	1 830	-	3 240	144 963



ANEXO III – Contas bancárias (5 Municípios)

Município	Extratos Bancários			Data do pedido formal de encerramento	Data da declaração de encerramento emitida pela instituição bancária
	Data de Início	Data de Fim	Valor na Data de Fim		
ALCOUTIM	28/07/2017	29/09/2017	-	27/08/2017	Sem informação
	20/06/2017	18/09/2017	-	23/11/2017	Sem informação
FARO	13/06/2017	29/09/2017	-	15/09/2017	Sem informação
	15/09/2017	31/10/2017	-	Sem informação	Sem informação
LAGOS	01/08/2017	29/09/2017	-	01/09/2017	Sem informação
	04/09/2017	31/10/2017	-	21/11/2017	Sem informação
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	20/06/2017	29/09/2017	-	27/07/2017	Sem informação
	27/09/2017	29/12/2017	-	14/12/2017	Sem informação
VILA DO BISPO	25/07/2017	31/08/2017	-	23/10/2017	Sem informação
	28/08/2017	31/10/2017	828	Sem data	Sem informação



ANEXO IV – Despesas imputadas por um Partido da Coligação

Município	CONTA DE DESPESA					CONTA DE RECEITA
	Despesas registadas na conta central do PSD (A)			Despesas imputadas não faturadas à campanha (B)	TOTAL de despesas debitadas pelo PSD	
	Sondagens	Bandeiras	Fees PWC			
Alcoutim		246		150	396	396
Faro	5 289			650	5 939	5 939
Lagos				500	500	500
São Brás de Alportel				150	150	150
Vila do Bispo		123		150	273	273

NOTAS:

(A) - Despesas reconhecidas inicialmente na conta de despesas comuns e centrais do PPD/PSD e liquidadas através da respetiva conta bancária. Estas despesas foram imputadas, uma parte às contas dos municípios em que o PPD/PSD concorreu como partido autónomo e outra parte às contas dos municípios em que concorreu coligado. Acresce que não foram disponibilizados os critérios de imputação.

Nome do Fornecedor	Documento			Descrição da Despesa	Valor
	Tipo	Número	Data		
Consulmark2 - Estudos Mercado Trabalho de Campo, Lda	Fatura	FT 2/532	17/04/2017	Sondagem Barcelos	7 995
	Fatura	FT 2/537	28/04/2017	Sondagem Fafe	3 198
	Fatura	FT 2/546	11/05/2017	Sondagem Lousada	3 469
	Fatura	FT 2/550	14/05/2017	Sondagem Alijó	3 383
	Fatura	FT 2/558	24/05/2017	Sondagem Vila Verde	9 041
	Fatura	FT 2/568	19/06/2017	Sondagem Coimbra	3 469
	Fatura	FT 2/601	31/08/2017	Sondagem Castro Marim	3 198
	Fatura	FT 2/570	26/06/2017	Sondagem Sintra	3 592
	Fatura	FT 2/575	07/07/2017	Sondagem Azambuja	4 305
Multidados	Fatura	FT 2017/0792	07/07/2017	Sondagem Viseu	3 592
	Fatura	FT 2017/0805	11/07/2017	Sondagem Vinhais	3 592
	Fatura	FT 2017/0809	14/07/2017	Sondagem Guarda	3 469
	Fatura	FT 2017/0818	24/07/2017	Sondagem Porto	3 838



**Relatório da ECFP relativo às Contas Campanha AL 2017,
apresentadas pela Coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT. PPM - acórdão 368/2017
PA 35/ Contas Autárquicas /17/2018**

	Fatura	FT 2017/0822	24/07/2017	Sondagem Lisboa	4 305
Intercampus - Recolha, Tratamento e Distr. Inform., S.A.	Fatura	201700211	11/07/2017	Sondagem Águeda	7 995
Multidados	Fatura	FT 2017/0826	03/08/2017	Sondagem Vizela	3 346
	Fatura	FT 2017/0827	03/08/2017	Sondagem Vagos	5 547
	Fatura	FT 2017/0828	03/08/2017	Sondagem Bragança	4 084
	Fatura	FT 2017/0842	29/09/2017	Sondagens Ribeira de Pena	3 198
	Fatura	FT 2017/0842	29/09/2017	Sondagens Valongo	4 822
	Fatura	FT 2017/0843	29/09/2017	Sondagens Faro	5 289
	Fatura	FT 2017/0843	29/09/2017	Sondagens Miranda do Douro	3 567
	Fatura	FT 2017/0844	29/09/2017	Sondagens Resende	3 567
	Fatura	FT 2017/0844	29/09/2017	Sondagens Porto de Mós	3 260
					105 116
Nome do Fornecedor	Documento			Descrição da Despesa	Valor
	Tipo	Número	Data		
A. Silva, Lda	Fatura	FT 0117/2445	15/09/2017	Bandeiras	5 772
	Fatura	FT 0117/2580	25/09/2017	Bandeiras	31 119
	Fatura	FT 0117/2623	28/09/2017	Bandeiras	1 882
					38 773
Nome do Fornecedor	Documento			Descrição da Despesa	Valor
	Tipo	Número	Data		
PwC/MFAS- Management, Finance & Accounting Services, Lda	Fatura	FT 373/01181	31/07/2017	Projeto Prestação Contas AL17	5 904
	Fatura	FT 373/01222	11/08/2017	Projeto Prestação Contas AL17	2 952
	Fatura	FT 373/01651	31/10/2017	Projeto Prestação Contas AL17	20 295
					29 151
Total					173.040

(B) - Despesas imputadas pelo partido da coligação PPD/PSD, não existindo nos processos de prestação de contas identificação das faturas e critérios de imputação.



ANEXO V – Subvenção estatal

Município	Subvenção AR (A)	Subvenção Estatal (B)	Diferença (A-B)
-----------	---------------------	-----------------------------	-----------------

ALCOUTIM	7 010	7 160	-150
FARO	65 421	65 421	0
LAGOS	16 765	17 364	-599
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	17 980	19 156	-1 176
VILA DO BISPO	9 288	14 238	-4 949



ANEXO VI – Balanços de campanha

Balanços de campanha das 5 candidaturas municipais

Município	Balanço de Campanha Eleitoral			
	Outras contas a receber	Saldos bancários	Fornecedores	Outras contas a pagar
ALCOUTIM	1 910	-	1 014	500
FARO	45 487	-	49 351	4 450
LAGOS	6 016	-	3 516	2 000
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	8 263	-	7 613	500
VILA DO BISPO	4 113	-	3 757	500
TOTAL	65 789	-	65 252	7 950

ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Relatório da ECFP relativo às Contas Campanha AL 2017,
apresentadas pela Coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT. PPM - acórdão 368/2017

PA 35/ Contas Autárquicas /17/2018

ANEXO VII – Contribuições dos partidos

Município	Total Contribuições Partidos	Entrega de documento de certificação emitido pelo órgão competente do PSD	Entrega de documento de certificação emitido pelo órgão competente do CDS-PP
-----------	------------------------------	---	--

Faro	7 822	Sim	Sem informação
------	-------	-----	----------------

ELEIÇÕES AUTARQUICAS LOCAIS - 2017

Coligação

PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM

Rubrica: **M2** Conta - Receitas de Campanha - Contribuição de Partido(s) Político(s)

Nº Interno	Origem da Receita	Documento			Descrição da Receita	Valor	Movimento Financeiro			
		Tipo	Número	Data			Tipo Mov.	Data	Valor	Banco
	PPD/PSD - Sede Nacional	Transferência	1/2017	16/06/2017	Contribuição de Partidos Políticos		TB	13/06/2017	7 599,56	BPI
	PPD/PSD - Sede Nacional	Transferência	2/2017	09/08/2017	Contribuição de Partidos Políticos		TB	07/08/2017	6 332,96	BPI
	PPD/PSD - Sede Nacional	Transferência	3/2017	15/09/2017	Contribuição de Partidos Políticos		TB	13/09/2017	5 066,37	BPI
	CDS-PP - Sede Nacional	Transferência	1/2017	19/09/2017	Contribuição de Partidos Políticos		TB	19/09/2017	1 283,78	BPI
BAL17 - 120388	CDS-PP - Sede Nacional	Transferência	1/2017	19/09/2017	Contribuição de Partidos Políticos	1 882,70	TB	19/09/2017	1 882,70	BPI
	CDS-PP - Sede Nacional	Transferência	2/2017	25/09/2017	Contribuição de Partidos Políticos		TB	25/09/2017	3 166,48	BPI
	PPD/PSD - Sede Nacional	Transferência	002/2017	04/10/2017	Contribuição de Partidos Políticos		TB	04/10/2017	935,00	BPI
OAL17 - 120034	PPD/PSD - Sede Nacional				Pagamento fatura Sondagem em Faro (Est)	5 289,00				
OAL17 - 120076	PPD/PSD - Sede Nacional				Pag. Fee Prestação de contas	650,00				
					Total	7 821,70				



ANEXO VIII – Despesas de campanha

Despesas com suporte documental insuficiente

Nome do Fornecedor	Número doc.	Data doc.	Descrição da Despesa	Valor FT	Fatura	
					Preço unitário	Informação em falta
Winable, Lda.	FA 2017A/88	13/09/2017	Produção de folhetos (30%)	1 755		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/88	13/09/2017	Produção e distribuição de jornais de campanha (30%)	1 843		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/88	13/09/2017	Produção e distribuição de jornais de campanha (30%)	1 160		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/90	26/09/2017	Produção de folhetos (30%)	1 755		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/90	26/09/2017	Produção e distribuição de jornais de campanha (30%)	1 843		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/90	26/09/2017	Produção e distribuição de jornais de campanha (30%)	1 160		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/73	29/08/2017	Aluguer de Outdoors 8*3 (30%)	1 042		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/73	29/08/2017	Produção de telas 8*3 (30%)	779		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/73	29/08/2017	Aluguer de Outdoors 2,48*1,78 (30%)	290		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/73	29/08/2017	Aluguer de Outdoors 2,48*1,78 (30%)	1 304		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/73	29/08/2017	Produção de telas 2,48*1,78 (30%)	555		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/88	13/09/2017	Aluguer de Outdoors 8*3 (30%)	1 042		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/88	13/09/2017	Produção de telas 8*3 (30%)	779		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/88	13/09/2017	Aluguer de Outdoors 2,48*1,78 (30%)	1 594		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	FA 2017A/88	13/09/2017	Produção de telas 2,48*1,78 (30%)	555		Preço unitário e quantidade
Winable, Lda.	NC 2017A/4	27/09/2017	Aluguer de Outdoors 8*3	(738)		Tempo de aluguer
Winable, Lda.	NC 2017A/4	27/09/2017	Aluguer de Outdoors 2,48*1,78	(295)		Tempo de aluguer
				16 426		

**ENTIDADE DAS CONTAS
E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS**

Relatório da ECFP relativo às Contas Campanha AL 2017,
apresentadas pela Coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT. PPM - acórdão 368/2017

PA 35/ Contas Autárquicas /17/2018



ANEXO IX – Saldos e transações – fornecedores de campanha

Entidade	Saldo Acumulado	Valor Resposta Saldo Acumulado	Resposta Valor em Dívida	Status Resposta
Winable, Lda.	43 640	43 640	814	Concordante
Cavacos Catering	9 675	9 675	9 675	Concordante
GIGP - Empresa de Trab. Temp. e RH	7 431			Em falta
Multidados	5 289			Em falta
Total Analisado	66 036			



ANEXO X – Ações e meios não refletidos nas contas de campanha

Município: Faro

Data(s)	Ação identificada pela ECFP
14/jun	Jantar de apresentação da candidatura à CM de Faro

- Jantar de apresentação da candidatura à CM de Faro

Data	Descrição da ação	Identificação dos meios
14/jun	Jantar de apresentação da candidatura à CM de Faro - Pavilhão da Escola Afonso III	<ul style="list-style-type: none">• Preço por pessoa: 12,00 Eur.

AUTÁRQUICAS 2017 FARO

14/06 20h00

**ROGÉRIO
BACALHAU**

Jantar de Apresentação da Candidatura do
Prof. Rogério Bacalhau à Câmara Municipal de Faro.

14 de Junho 20h00 Pavilhão da Escola Afonso III

PREÇO POR PARTICIPANTE 12 €

Cavacos Catering, Lda NIPC 51066924



ANEXO XI – Relatórios da auditora externa (CD anexo)